**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

31º SIMULADO OAB 2015.2

2 DE OUTUBRO DE 2015

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 2/out e extinguir-se-á às 13hs do dia 5/out. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 7/out.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 7/out.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 2/out | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 2/out | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 5/out | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 7/out | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 7/out | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. A Lei federal nº 13.129/15 alterou o tratamento dado às sentenças arbitrais. Dessa forma, é incorreto afirmar que a decisão arbitral será nula se:**

(A) Emanar de pessoa que não poderia ser árbitro;

(B) For proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;

(C) Não decidir todo o litígio submetido ao arbitramento;

(D) For nula a convenção de arbitragem.

**2. São modalidades de licitação previstas na Lei federal nº 8.666/93:**

(A) Leilão, Pregão e Tomada de Preços;

(B) Convite, concurso e contratação integrada;

(C) Disputa, concorrência e convite;

(D) Concurso, leilão e concorrência.

**3. Sobre o acordo de leniência previsto na Lei federal nº 12.846/13, é correto afirmar que:**

(A) Importará em reconhecimento da prática do ato ilícito em qualquer hipótese;

(B) Terão seus efeitos estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, se firmado o acordo em conjunto;

(C) Exime a pessoa jurídica de reparar os danos causados;

(D) Só pode ser celebrado pela Controladoria geral da União.

**4. Mesário convocado para as eleições gerais, no exercício dessa função, é classificado como:**

(A) Empregado público;

(B) Agente político;

(C) Particular em colaboração;

(D) Agente de fato.

**5. A técnica de organização e distribuição interna de competências entre vários órgãos despersonalizados dentro de uma mesma pessoa jurídica e que tem por base a hierarquia denomina-se:**

(A) descentralização;

(B) desconcentração;

(C) delegação;

(D) outorga.

**6. Metrô Lando, empresa pública estadual responsável pela prestação do serviço de transporte metroviário no município de Lando, está ampliando sua rede de metrô. Para tanto, será necessário desapropriar várias áreas que possibilitarão a instalação das novas estações metroviárias. Sobre as desapropriações em comento, é correto afirmar:**

(A) O decreto que declarará os imóveis de utilidade pública para fins de desapropriação deverá ser expedido pelo Chefe do Executivo Municipal, mas a empresa pública poderá promover os demais atos da desapropriação;

(B) O decreto que declarará os imóveis de utilidade pública para fins de desapropriação poderá ser expedido pelo Conselho Diretor da empresa pública municipal, a qual também competirá promover os demais atos da desapropriação;

(C) A desapropriação não precisa ser precedida de prévia indenização aos proprietários pois foi motiva por razão de interesse público;

(D) A desapropriação deverá ser precedida de prévia e justa indenização paga em títulos da dívida agrária.

**7. Em sede de licitação promovida pelo Município de Foz do Alto, cujo objeto é a seleção de empresa responsável pelas obras de modernização da biblioteca municipal, a sociedade empresária XYZ Ltda. foi declarada inabilitada. Na sessão que declarou sua inabilitação, foi indagado ao representante da empresa se havia interesse em recorrer da inabilitação, tendo sido a resposta afirmativa. Sobre o recurso cabível:**

(A) Deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias úteis e não terá efeito suspensivo;

(B) Deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias úteis e terá efeito suspensivo;

(C) Deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis e não terá efeito suspensivo;

(D) Deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis e terá efeito suspensivo.

**8. Os consórcios públicos formados por entes federativos, ao assumir natureza jurídica de pessoa de direito público, integrarão:**

(A) A Administração Direta de apenas um deles;

(B) A Administração Indireta de apenas um deles;

(C) A Administração Indireta de todos os participantes do consórcio;

(D) A Administração Direta de todos os participantes do consórcio.

**9. É forma de provimento originário de servidor público civil:**

(A) nomeação;

(B) ascensão;

(C) readaptação;

(D) remoção.

**10. A alienação de bens públicos pode se dar pelos seguintes institutos, exceto:**

(A) venda;

(B) doação a outro órgão público;

(C) doação à ONG;

(D) retrocessão.

**Constitucional**

**11. Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal de 1988.**

(A) O ADCT tem a mesma rigidez e situa-se no mesmo nível hierárquico das demais normas constitucionais, só podendo ser alterado por meio de emenda constitucional.

(B) As normas constitucionais de eficácia contida são dotadas de aplicabilidade reduzida pois necessitam de regulamentação para produzir efeito pleno.

(C) O ADCT não tem natureza de norma constitucional, tratando-se de mera regra de transição, interpretativa e paradigmática.

(D) No ADCT, não há previsão expressa para que o Brasil envide esforços para a formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.

**12. Compete privativamente à União legislar sobre:**

(A) Direito financeiro, previdência social, proteção e defesa da saúde.

(B) Direito tributário, orçamento, produção e consumo.

(C) Direito penitenciário, conservação da natureza, educação e cultura.

(D) Direito penal, processual, agrário e do trabalho.

**13. A respeito das normas constitucionais que tratam da responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que este:**

(A) Nos crimes comuns será submetido a julgamento perante o Senado Federal.

(B) Não poderá ser responsabilizado, na vigência de seu mandato, por atos pertinentes ao exercício de suas funções como Chefe do Poder Executivo.

(C) Ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

(D) Deverá ter sua acusação por crime de responsabilidade admitida pelo Senado Federal.

**14. As comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente. Sobre o tema assinale a alternativa incorreta:**

(A) As comissões dependerão de requisição de um décimo dos membros da cada uma das casas, apuração de fato notório e discussão pública com entidades civis.

(B) As comissões podem ser intercamerais, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares ali atuantes.

(C) As CPIs são criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, devendo suas conclusões, se for o caso, ser encaminhadas ao MP, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

(D) Estão autorizadas a determinar a quebra de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos.

**15. Segundo o art. 16 da CRFB/88: “A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.” Tal norma pode ser classificada como:**

(A) norma constitucional de aplicabilidade imediata e eficácia plena.

(B) programática.

(C) norma constitucional de eficácia limitada.

(D) não autoexecutável.

**16. Segundo a Constituição Federal, é incorreto afirmar que:**

(A) A ação popular tem como único legitimado o cidadão, assim considerado aquele registrado como eleitor no pleno gozo de seus direitos políticos, e o seu objeto é a tutela de interesses difusos.

(B) O mandado de segurança coletivo pode ter como objeto interesses individuais homogêneos.

(C) Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo.

(D) Não pode haver prisão civil por dívida, exceto nos termos estabelecidos pela própria Constituição.

**17. No que se refere a direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:**

(A) Alberto nasceu no estrangeiro, sendo filho de pai brasileiro e mãe estrangeira. Nesse caso, ele poderá optar, em qualquer tempo, depois de atingir dezoito anos de idade, pela nacionalidade brasileira originária, desde que venha residir no Brasil.

(B) A naturalização extraordinária apresenta como requisitos: residência no Brasil há quinze anos ininterruptos, ausência de condenação penal, requerimento do interessado e idoneidade moral.

(C) São cargos privativos de brasileiros natos: Presidente do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, Oficial das Forças Armadas e Ministro de Estado da Defesa.

(D) O cargo de Ministro das Relações Exteriores é privativo de brasileiro nato.

**18. Sobre o controle abstrato de constitucionalidade previsto pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pelas leis 9.868/99 e 9.882/99 e interpretado pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:**

(A) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político independente de representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

(B) O controle concentrado de constitucionalidade no âmbito dos estados surgiu no ordenamento jurídico brasileiro com a Constituição Federal de 1988.

(C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

(D) Assim como ocorre na ADC e na ADI, ato normativo já revogado não pode ser objeto de ADPF.

**19. A respeito da Constituição e da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

(A) O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma constitucional de eficácia contida; portanto, o legislador ordinário atua para tornar exercitável o direito nela previsto.

(B) As normas constitucionais de eficácia contida ou relativa restringível têm aplicabilidade plena e imediata, mas podem ter eficácia reduzida ou restringida nos casos e na forma que a lei estabelecer.

(C) São de eficácia limitada aquelas normas em que o legislador constituinte regula suficientemente os interesses concernentes a determinada matéria, mas deixa margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos em que a lei estabelecer ou na forma dos conceitos gerais nela previstos.

(D) As normas de eficácia contida permanecem inaplicáveis enquanto não advier normatividade para viabilizar o exercício do direito ou benefício que consagram; por isso, são normas de aplicação indireta, mediata ou diferida.

**20. Sobre a Teoria da Constituição, Poder Constituinte e a mutação constitucional assinale a alternativa correta:**

(A) O poder constituinte difuso é um processo formal de mudança da Constituição, com a alteração da interpretação como consequência da modificação do texto da norma.

(B) Para que uma lei seja recepcionada pela nova Constituição é indispensável que haja compatibilidade formal e material.

(C) Pela teoria da desconstitucionalização, ainda que compatíveis com a nova ordem, as normas da Constituição anterior não podem ser recepcionadas com status de norma infraconstitucional.

(D) O poder constituinte derivado revisor é condicionado e limitado às regras instituídas pelo poder originário.

**Deontologia**

**21. Entre as hipóteses abaixo, qualifica-se como de impedimento o exercício da advocacia:**

(A) por militares de qualquer natureza, na ativa.

(B) por ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da Administração Pública.

(C) por ocupantes de cargos ou funções que tenham competência para a fiscalização de tributos.

(D) pelos membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público.

**22. Não constitui direito do advogado:**

(A) retirar, como regra, autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias.

(B) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

(C) ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

(D) não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

**23. É correto afirmar que o advogado?**

(A) Tem imunidade profissional, não constituindo desacato punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade.

(B) Pode ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime grave contra a honra.

(C) Pode, no caso de infração, sujeitar-se às sanções de advertência, censura, multa, suspensão ou exclusão.

(D) Não tem direito a vista de processo judicial que tramite sob regime de segredo de justiça.

**24. Sobre órgãos da OAB, de acordo com o EAOAB, é incorreto afirmar:**

(A) De acordo com o atual EAOAB, o Conselho Federal é formado por conselheiros federais integrantes das delegações de cada unidade federativa mais os ex-presidentes que tomaram posse até 1994, pois, de acordo com a nova Lei, não mais integrarão o Conselho Federal aqueles ex-presidentes que passaram a exercer a atividade após o mesmo ano.

(B) Todos os órgãos possuem personalidade jurídica, exceto as subseções.

(C) A Caixa de Assistência dos Advogados tem como base territorial a mesma dos Conselhos Seccionais, ou seja, estados, DF e territórios.

(D) O Conselho Seccional é composto pelos conselheiros seccionais em número proporcional ao número de advogados inscritos, bem como pelos ex-presidentes do Conselho Seccional.

**25. De acordo com o Regulamento Geral são comissões obrigatórias:**

(A) Comissão OAB Jovem, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Exame de Ordem.

(B) Comissão OAB Jovem, Comissão da Advogada Mulher e Comissão de Advogados Idosos.

(C) Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Orçamentos e Contas e Comissão de Estágio e Exame de Ordem.

(D) Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Orçamentos e Contas, Comissão de Estágio e Exame de Ordem e Comissão OAB Jovem.

**26. Constitui direito do advogado:**

(A) visitar seu cliente que esteja preso em estabelecimento penitenciário, desde que tenha procuração;

(B) obter vista dos autos de um processo sob segredo de justiça, mesmo sem procuração;

(C) exercer a profissão em todo o território nacional, independentemente do número de causas em cada estado.

(D) usar a expressão “pela ordem” em qualquer juízo para replicar censura que lhe for feita durante o julgamento.

**27. Um advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi aprovado em concurso e empossado no cargo de Fiscal de Tributos do Estado do Rio de Janeiro. Como fica a situação daquele advogado:**

(A) Continuar inscrito na OAB – RJ, porém totalmente proibido de advogar;

(B) Continuará inscrito na OAB-RJ ficando, porém, proibido de advogar apenas contra a Fazenda Pública que o remunera;

(C) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada;

(D) Ficará licenciado da advocacia durante o tempo em que exercer a atividade de Fiscal de Tributos.

**28. Atualmente, em que casos uma pessoa - que não é advogada - pode defender seus interesses em juízo pessoalmente, ou seja, sem que se faça representar por um advogado?**

(A) Na impetração de *habeas corpus*, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nos dissídios coletivos na Justiça do Trabalho e no Juizados de Paz;

(B) Na impetração de *habeas corpus*, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nos dissídios individuais na Justiça do Trabalho e na Ação Popular;

(C) Na impetração de *habeas corpus*, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, na impetração de Mandado de Segurança e na Justiça do Trabalho;

(D) Na impetração de *habeas corpus*, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nos dissídios individuais na Justiça do Trabalho e nos Juizados de Paz.

**29. De acordo com o entendimento do STF, qual é a natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil?**

(A) É uma Autarquia, com personalidade jurídica de forma federativa;

(B) É uma Associação de Classe, com personalidade jurídica própria;

(C) É uma Instituição sui generis, com personalidade jurídica de forma federativa;

(D) É um Sindicato Especial com personalidade jurídica de forma federativa.

**30. O fato de o advogado passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com a advocacia, é motivo para:**

(A) Ser declarado suspenso pela OAB;

(B) Ser declarado licenciado da OAB;

(C) Ter a sua inscrição cancelada;

(D) Ter a sua inscrição considerada insubsistente.

**Direito e Processo Penal**

**31. Relativamente aos princípios de direito penal, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Não há crime sem lei anterior que o defina.

(B) Não há pena sem prévia cominação legal.

(C) Crimes hediondos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei penal.

(D) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.

**32. Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:**

(A) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.

(B) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública.

(C) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física, mas não à integridade moral.

(D) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.

**33. Assinale a alternativa correta.**

(A) Expirado o prazo de validade da lei temporária, não se poderá impor prisão em flagrante àqueles que pratiquem o crime após a expiração, mas ainda será possível a instauração de processo criminal.

(B) Todos aqueles que praticaram o crime durante a vigência da lei temporária poderão ser processados, mesmo depois de expirado seu prazo de vigência.

(C) Cessada a vigência da lei temporária, consideram-se prescritos os crimes praticados durante sua vigência.

(D) O princípio da ultra-atividade da lei penal permite que todos aqueles que pratiquem o crime no intervalo de três anos a partir do fim do prazo de vigência da lei temporária sejam processados criminalmente.

**34. Um fato criminoso praticado no interior de uma embarcação privada brasileira que esteja em alto-mar, fora das águas territoriais de qualquer país, está sujeito à aplicação da seguinte lei penal:**

(A) brasileira.

(B) do país de onde a embarcação tiver partido.

(C) do país para onde a embarcação estiver se dirigindo.

(D) do país mais próximo de onde estiver a embarcação.

**35. Considera-se em legítima defesa quem:**

(A) pratica o fato sob coação irresistível.

(B) pratica o fato para salvar-se de perigo que ele próprio provocou.

(C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio cujo sacrifício não era razoável exigir-se.

(D) pratica o fato utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma agressão injusta a direito próprio ou de outrem, desde que a agressão seja atual ou iminente.

**36. São traços profundamente marcantes no processo do tipo acusatório:**

(A) o contraditório, separação das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a pessoas diferentes; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; processo judicialiforme;

(B) o contraditório, união das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a pessoas diferentes; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; iniciativa do processo pela parte acusadora;

(C) o contraditório, separação das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a uma mesma pessoa; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; iniciativa do processo pela parte acusadora;

(D) o contraditório, separação das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgar ligadas a pessoas diferentes; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; iniciativa do processo pela parte acusadora.

**37. Analise as assertivas:**

**I. O inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.**

**II. Em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.**

**III. No inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.**

**Está correto o que consta SOMENTE em:**

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II.

(D) III.

**38. Sentença absolutória imprópria é a que:**

(A) concede ao acusado a suspensão condicional da pena.

(B) impõe ao acusado somente medida de segurança.

(C) substitui a pena privativa da liberdade por multa.

(D) substitui a pena privativa da liberdade por pena restritiva de direitos.

**39. Considere os recursos abaixo.**

**I. Apelação.**

**II. Recurso em Sentido Estrito.**

**III. Protesto por Novo Júri.**

**IV. Agravo de Petição.**

**V. Recurso Especial.**

**VI. Recurso Extraordinário.**

**São cabíveis, dentre outros, no âmbito do processo penal brasileiro, os indicados APENAS em:**

(A) I, III, IV e V.

(B) I, II, V e VI.

(C) I, II, IV, V e VI.

(D) II, III, IV e VI.

**40. Considere as decisões abaixo proferidas no juízo criminal.**

**I. Sentença que reconhece categoricamente a inexistência material do fato.**

**II. Sentença que decide que o fato imputado ao réu não constitui crime.**

**III. Decisão que julga extinta a punibilidade do réu.**

**IV. Despacho que determina o arquivamento do inquérito policial.**

**Faz coisa julgada no cível, impedindo a propositura da ação civil para ressarcimento do dano contra o autor do fato e, se for o caso, contra o responsável civil, a(s) indicada (s) APENAS em:**

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) II e III.

**Empresarial**

**41. Cinco pessoas naturais residentes no município X decidiram constituir uma sociedade cooperativa e procuraram uma advogada para a elaboração do estatuto social. Com base nas disposições para esta espécie societária previstas no Código Civil, é correto afirmar que:**

(A) o estatuto deverá conter cláusula indicativa do valor do capital social, que será fixo durante toda a existência da sociedade.

(B) aplicam-se às cooperativas as disposições do Código Civil referentes às sociedades anônimas, na omissão da legislação especial.

(C) os sócios responderão sempre de forma solidária, ilimitada e subsidiária pelas obrigações sociais, por ser a cooperativa uma sociedade de pessoas.

(D) se a cooperativa possuir capital social, as quotas serão intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por direito hereditário.

**42. Uma sociedade empresária atuante no mercado imobiliário, com sede e principal estabelecimento na cidade de Pedro Afonso, obteve concessão de sua recuperação judicial. Diante da necessidade de alienação de bens do ativo permanente, não relacionados previamente no plano de recuperação, foi convocada assembleia geral de credores. A proposta de alienação foi aprovada em razão do voto decisivo da credora Tuntum Imperatriz Representações Ltda., cujo sócio majoritário tem participação de 25% no capital da sociedade recuperanda.**

**Com base nas disposições da Lei n. 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas), assinale a afirmativa correta.**

(A) A decisão é nula de pleno direito, pois a pretensão de alienação de bens do ativo permanente, não relacionados no plano, enseja a convolação da recuperação judicial em falência.

(B) A autorização para a alienação de bens do ativo permanente, não relacionados no plano de recuperação judicial, é uma prerrogativa exclusiva do administrador judicial.

(C) O voto de Tuntum Imperatriz Representações Ltda. não poderia ter sido considerado para fins de verificação do quórum de instalação e de deliberação da assembleia geral.

(D) A decisão assemblear é anulável, pois a sociedade Tuntum Imperatriz Representações Ltda. como credora, não poderia ter participado da assembleia geral.

**43. Laurentino recebeu um cheque nominal sacado na praça de “Z” no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e pagável na praça de “A”. Vinte dias após a emissão e ante da apresentação ao sacado foram furtados vários documentos da residência do tomador, dentre eles o referido cheque. Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.**

(A) A medida judicial cabível para impedir o pagamento do cheque pelo sacado é a contra-ordem ou oposição, que produz efeitos durante o prazo de apresentação.

(B) A medida extrajudicial cabível para impedir o pagamento do cheque pelo sacado é a sustação ou oposição, que depende da prova da existência de fundos disponíveis.

(C) A medida judicial cabível para impedir o pagamento do cheque pelo sacado é a sustação ou oposição, que produz efeitos apenas após o prazo de apresentação.

(D) A medida extrajudicial cabível para impedir o pagamento do cheque pelo sacado é a sustação ou oposição, que está fundada em relevante razão de direito.

**44. Com relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.**

(A) As ações preferenciais são sempre ações sem direito de voto e com prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos.

(B) A vantagem das ações preferenciais de companhia fechada pode consistir exclusivamente em prioridade no reembolso do capital.

(C) A primeira convocação de assembleia geral de companhia fechada deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias antes de sua realização.

(D) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as sociedades anônimas fechadas, com capital autorizado e de economia mista.

**45. Sobre o desenho industrial e seu registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), assinale a afirmativa correta.**

(A) É registrável como desenho industrial qualquer obra ornamental de caráter puramente artístico, ou o conjunto ornamental de linhas e cores que pode ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa.

(B) O registro de desenho industrial vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do depósito, prorrogável por até 2 (dois) períodos sucessivos de 10 (anos) anos cada, desde que seja requerida a prorrogação durante o último ano de vigência do registro.

(C) A ação de nulidade de registro de desenho industrial será ajuizada no foro da Justiça Estadual do domicílio do titular do registro, devendo o INPI ser notificado da propositura da ação para avaliar se tem interesse ou não em intervir no feito, quando não for autor.

(D) O pedido de registro que não atender às condições estabelecidas pelo INPI, mas contiver dados suficientes relativos ao depositante, ao desenho industrial e ao autor, poderá ser recebido, desde que sejam cumpridas, em 5 (cinco) dias, as exigências do INPI.

**Direito e Processo Civil**

**46. Clarissa, na época com 16 (dezesseis) anos de idade e autorizada por seus pais, casou com Nero, 25 (vinte e cinco anos) de idade; não tendo os nubentes celebrado pacto antenupcial. Antes de completar o primeiro ano do casamento, sem filhos, Clarissa apaixonou-se por Kenia e com ela começou a se relacionar afetivamente. Desejando casar-se com essa amiga, Clarissa decidiu se separar do marido. Saiu de casa levando seus objetos pessoais e ajuizou ação de divórcio com vistas a romper o vínculo conjugal. Na petição inicial alegou não mais ser possível a reconciliação entre as partes. Ressalvou que os pais de Nero, quando do casamento, doaram ao casal um bem imóvel. Além disso, durante o casamento, Nero ganhou um prêmio de R$ 1.000.000,00 em uma loteria. Nesses termos, Clarissa requereu o divórcio e a partilha dos bens. Nos termos da legislação vigente, assinale a opção correta:**

(A) Tanto o bem imóvel quanto o prêmio lotérico entram na comunhão de bens do casal, sendo, portanto, bens passíveis de partilha.

(B) Tendo Clarissa se casado com autorização dos pais, vigora o regime de bens da separação obrigatória, não havendo, portanto, bens a partilhar.

(C) O Código Civil não permite o casamento do menor de dezoito anos de idade, ainda que com autorização dos pais. Dessa forma, em vez do divórcio, Clarissa deveria ter pleiteado a anulação de seu matrimônio com Nero.

(D) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. Dessa forma, o pedido de divórcio formulado por Clarissa não poderia ser acolhido, pois o casal não estava separado judicialmente por mais de um ano ou separado de fato há mais de dois anos.

**47. Arthur, menor de 17 anos, não emancipado, órfão de mãe, reside com o pai. Por culpa, Arthur lesiona pessoa capaz, acarretando danos materiais. Nesse caso, Arthur:**

(A) Responde de forma subsidiária e equitativa pelos prejuízos, caso o pai não disponha de meios suficientes.

(B) Responde de forma subsidiária pela totalidade dos prejuízos, caso o pai não disponha de meios suficientes.

(C) Responde de forma solidária e equitativa pelos prejuízos.

(D) Responde de forma solidária pela totalidade dos prejuízos.

**48. Luiza firmou contrato com Bianca obrigando-se a entregar-lhe um vestido da marca *Gucci*, modelo “*sleeveless lace dress*”. Porém, antes de entregar o vestido, Luiza utilizou o vestido em uma festa de casamento e derrubou uma taça de *prosecco* da marca *Bisol*, causando manchas no vestido. Nessa hipótese, Bianca poderá:**

(A) apenas postular perdas e danos.

(B) aceitar o vestido, ou o equivalente em dinheiro, desde que renuncie às perdas e danos.

(C) aceitar o vestido, ou o equivalente em dinheiro, além de postular perdas e danos.

(D) postular somente o equivalente em dinheiro, desde que renuncie ao recebimento do vestido.

**49. Sobre o Direito das Sucessões do direito brasileiro, é correto afirmar:**

(A) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura do testamento ou do início do inventário.

(B) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de 1/3 (um terço) da herança.

(C) O co-herdeiro poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se nenhum co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.

(D) A companheira ou companheiro participará da sucessão do outro, quanto a todos os bens adquiridos na vigência da união estável, sendo certo que se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.

**50. Mariana alugou um apartamento no primeiro andar de um prédio e, dois dias após sua mudança, sentiu-se incomodada por ruído excessivo advindo de um assoalho de madeira de um apartamento do quarto andar. Diante da situação apresentada, assinale a opção correta:**

(A) O ruído excessivo que incomoda Mariana, na verdade, constitui um ato ilícito que desencadeia responsabilidade civil, independentemente da aplicação das regras do direito de vizinhança.

(B) A ação cabível deve versar sobre direito de vizinhança, sendo que a responsabilidade pelo distúrbio deve ser apurada sob o critério objetivo.

(C) Não existe, nessa hipótese, típica situação que envolva direito de vizinhança, até porque os andares do prédio não são confinantes.

(D) Mariana deve procurar a locadora, para que esta proponha a ação cabível, já que detém apenas a posse do bem e esta é uma questão de vizinhança.

**51. De acordo com as normas do Código de Processo Civil:**

(A) o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico quando se tratar de perícia complexa, ainda que abranja uma única área do conhecimento.

(B) incumbe o ônus da prova quando se tratar de contestação de assinatura, à parte que pretende a invalidação do contrato.

(C) a nota escrita pelo credor em qualquer parte do documento representativo da obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.

(D) a possibilidade de se comprovar vício do consentimento através de prova exclusivamente testemunhal dependerá do valor do contrato discutido em juízo.

**52. Eduardo ajuizou ação de reintegração de posse de imóvel contra Vitor. Na contestação, Vitor alegou ser possuidor legítimo e negou o esbulho possessório. Comprovadas as alegações da contestação, o juiz julgou improcedente a pretensão do Eduardo, e, a sentença transitou em julgado. Após, Eduardo ajuizou ação reivindicatória do mesmo imóvel contra Vitor, sem provar o pagamento das custas e dos honorários da ação de reintegração de posse. Na contestação, em preliminar, Vitor alegou a existência de coisa julgada da ação de reintegração de posse para a ação reivindicatória, e que não houve pagamento das custas e dos honorários decorrentes da ação de reintegração de posse. Em seguida, Vitor afirmou que era titular de posse justa. O juiz acolheu às preliminares e extinguiu o processo sem a resolução do mérito. A sentença proferida na ação reivindicatória está:**

(A) correta porque a ação de reintegração de posse foi julgada favoravelmente a Vitor, o que revela que ele tem posse justa.

(B) correta por haver identidade dos elementos das ações possessória e reivindicatória e por falta do recolhimento das verbas de sucumbência do processo possessório.

(C) incorreta, porque não há identidade dos elementos das ações possessória e reivindicatória, e descabe o recolhimento das custas e honorários do processo possessório para a parte promover a ação reivindicatória.

(D) incorreta, somente por não haver identidade dos elementos das ações possessória e reivindicatória.

**53. Walter e Pedro, no pleno exercício da capacidade civil, firmaram contrato de compra e venda de imóvel. Estabeleceram, por escrito, cláusula compromissória para a hipótese de eventual litígio. Em ação de rescisão contratual cumulada com indenização por danos morais e patrimoniais, o réu ofertou resposta sem objeção processual, postulando pela improcedência da ação. O juiz, após apreciar as alegações finais das partes, julgou o processo extinto, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VII do Código de Processo Civil, remetendo as partes para discussão do contrato em sede de juízo arbitral. Na hipótese, o juiz está:**

(A) certo, pois se as partes firmaram cláusula compromissória, devem respeitar o pactuado.

(B) errado, pois ainda que devesse conhecer de ofício a matéria, o réu deveria ter alegado a convenção arbitral em preliminar de contestação e, ao deixar de fazê-lo, sujeitou-se ao pagamento das custas de retardamento, que incumbia ao julgador ter fixado na sentença extintiva.

(C) errado, pois estava encerrada a fase probatória e o processo maduro para julgamento de mérito, aplicando-se ao caso os princípios da economia e da celeridade processual.

(D) errado, pois não poderia ter conhecido essa matéria de ofício.

**54. Acerca dos recursos admitidos no direito processual civil brasileiro, assinale a opção correta.**

(A) A apresentação de contrarrazões e de recurso adesivo pela mesma parte, em momentos distintos, é inadmissível no sistema recursal, dada a ocorrência da preclusão consumativa decorrente da interposição primeira de um deles.

(B) Não se admite recurso adesivo no recurso extraordinário nem no recurso especial.

(C) Na hipótese de litisconsórcio unitário, o recurso interposto por apenas um dos litisconsortes terá efeito expansivo subjetivo.

(D) Constitui supressão de instância, não sendo, por isso, admitido no sistema processual civil brasileiro, o fato de o Tribunal ad quem, ao apreciar recurso contra sentença que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, julgar desde logo a lide.

**55. Acerca dos procedimentos processuais e da efetividade da tutela jurisdicional no sistema processual civil brasileiro, assinale a opção correta.**

(A) A prisão civil por alimentos afigura-se, no direito civil pátrio, como método de remissão da dívida exequenda.

(B) A apelação contra a sentença que julga improcedentes os embargos recebidos sem efeito suspensivo torna provisória a execução fundada em título extrajudicial.

(C) A intimação pessoal do devedor é necessária para início do prazo para cumprimento da obrigação de fazer fixada em sentença transitada em julgado.

(D) O julgamento imediato das causas repetitivas poderá ocorrer quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já tiver sido proferida sentença de total improcedência em processos idênticos, caso em que o julgador poderá reproduzir o teor do decisum, desde que com prévia citação do réu.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Ariel, mãe de Melody, foi acometida por grave doença que a incapacitou, exigindo cuidados especiais e o acompanhamento contínuo. Ambas residem na mesma casa. Melody contratou Ursula, aluna do primeiro ano do curso de enfermagem, por meio de contrato, escrito, de prestação de serviços autônomos. A jornada diária era de 6 (seis) horas de trabalho, com 2 (duas) folgas mensais. Ursula almoçava na casa de Melody, sendo ajustado o desconto do valor de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração, que era paga de forma quinzenal. Melody fornecia uniforme, substituído mensalmente, bem como todo o material de higiene pessoal para Ursula. A prestação dos serviços durou 07 (sete) meses. Ursula foi dispensada em razão da habitual negociação de bijuterias com as vizinhas de Melody, em horário de trabalho, sem a prévia autorização. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.**

(A) Encontram-se verificados os requisitos legais da relação de emprego, devendo ser efetuado o registro do contrato na CTPS da trabalhadora como empregada urbana, em razão das suas atividades como enfermeira. Não é devido o aviso prévio em razão da dispensa por justa causa, nos termos do artigo 482, alínea “c”, da CLT.

(B) Encontram-se verificados os requisitos legais da relação de emprego, devendo ser efetuado o registro do contrato na CTPS da trabalhadora como empregada doméstica. A negociação habitual não configura justa causa na relação de emprego doméstico.

(C) Encontram-se verificados os requisitos legais da relação de emprego, devendo ser efetuado o registro do contrato na CTPS da trabalhadora como empregada doméstica. Os descontos efetuados com alimentação são considerados válidos, visto que expressamente permitidos pela legislação aplicável aos empregados domésticos.

(D) Ursula não pode ser considerada empregada de Melody porque foi firmado contrato escrito de prestação de serviços autônomos, prevalecendo a autonomia da vontade das partes. Além disso, a prestadora das atividades não possuía habilitação necessária para as funções de enfermeira, sendo, portanto, considerado trabalho proibido e invalidando eventual contrato de emprego.

**57. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, sobre o trabalho do aprendiz, é correto afirmar que:**

(A) o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

(B) o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 12 e menor de 21 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

(C) o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo, não podendo ser rescindido antecipadamente por desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, mas somente por falta disciplinar grave.

(D) a duração do trabalho do aprendiz não excederá de 4 horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

**58. Quanto ao trabalho da mulher, assinale a resposta incorreta.**

(A) É vedado publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade, pública e notoriamente, assim o exigir.

(B) É vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos de trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional, excluída da proibição a remoção de materiais feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

(C) É vedado exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

(D) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 04 (quatro) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.

**59. Relativamente ao contrato de trabalho em regime de tempo parcial, é incorreto afirmar:**

(A) O período de férias anuais remuneradas será menor que o padrão estabelecido para os demais trabalhadores.

(B) O contrato de trabalho com duração semanal de 30 horas, ainda que abaixo do padrão vigorante no Brasil de 44 horas semanais, não se submete ao regime do contrato de tempo parcial.

(C) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar serviços no horário noturno.

(D) O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

**60. Leia as assertivas abaixo e marque a resposta INCORRETA sobre a representação processual no Processo do Trabalho perante os Tribunais, tendo em vista a jurisprudência sumulada do C. Tribunal Superior do Trabalho:**

(A) Para a propositura de ação rescisória, a ação cautelar e o mandado de segurança, exige-se que a parte esteja representada por advogado.

(B) Interposto o recurso para o Tribunal, não é possível ao recorrente protestar pela juntada posterior da procuração.

(C) Conquanto o art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assegura aos empregados e empregadores reclamarem “pessoalmente perante a Justiça do Trabalho”, essa faculdade não alcança os recursos perante o Tribunal Superior do Trabalho.

(D) Verificando o relator a ausência de procuração outorgada ao advogado subscritor do recurso, pode ser facultado prazo ao recorrente para o saneamento dessa nulidade relativa, tendo em vista o princípio do máximo aproveitamento dos atos processuais.

**61. Johann exerceu, durante 05 (cinco) anos contínuos, uma função comissionada no Banco Kinder S/A. Eleito pela categoria afastou-se do cargo efetivo e da função comissionada para exercer o cargo de presidente do Sindicato dos Bancários. Exerceu 2 (dois) mandatos de 4 (quatro) anos. Durante todo o período do afastamento em virtude da presidência sindical o Banco Kinder S/A continuou pagando a remuneração do Johann, inclusive com a gratificação de função comissionada, em conformidade com a cláusula normativa do acordo coletivo de trabalho. Ao fim do segundo mandato sindical, Johann retornou ao serviço no Banco Kinder S/A, que o reverteu para o cargo de carreira, com a perda da função comissionada. Johann requereu na Justiça do Trabalho a incorporação da gratificação de função comissionada suprimida. De acordo com a jurisprudência consolidada do C. TST, há fundamento jurídico para a pretensão de Johann?**

(A) Não, porque o empregado somente exerceu, efetivamente, a função comissionada por cinco anos.

(B) Não, porque embora tenha havido a percepção da gratificação de função por 13 (treze) anos, não ocorreu incorporação ao patrimônio jurídico do trabalhador, pois parte do período de percepção da gratificação não foi de efetivo exercício da atividade profissional, não sendo lícita a contagem fictícia de tempo de serviço além das hipóteses previstas, taxativamente, no art. 4º e parágrafo único da CLT.

(C) Sim, porque o empregado recebeu o pagamento da função comissionada por 13 (treze) anos, e o período de exercício de mandato sindical é computado como tempo de serviço, podendo o empregador, nesse caso, calcular a média do valor da função comissionada, no período de afastamento, para efeito de incorporação da gratificação de função à remuneração, e não simplesmente suprimi-la.

(D) Sim, porque o empregado recebeu a gratificação de função por 13 (anos) anos e há direito à incorporação de gratificação de função percebida por 10 (dez) anos, ou mais, e suprimida sem justo motivo pelo empregador.

**62. Laura ajuizou reclamatória trabalhista em face de KiKiKi Entretenimento Ltda., com pretensão de pagamento de verbas contratuais e rescisórias. Atribuiu à causa o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Antes da audiência, em despacho saneador, o Juiz competente indeferiu a petição inicial e julgou o feito extinto sem resolução do mérito, por estar desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação. Neste caso, com base na legislação aplicável e jurisprudência sumulada pelo C. TST, a decisão judicial está:**

(A) errada, visto que o Juiz não poderia indeferir de plano a petição inicial, mas sim aguardar a análise de preliminar do réu em contestação e decidir no ato da audiência, acolhendo a preliminar e extinguindo o processo com julgamento do mérito.

(B) correta, visto que o não atendimento de requisito essencial da petição inicial de ação trabalhista, relativo ao acompanhamento dos documentos indispensáveis à propositura da ação, assim como a não indicação do valor correspondente aos pedidos ou indicação incorreta de endereço do réu, implica o arquivamento da reclamação, que equivale à extinção do processo sem resolução do mérito.

(C) errada, visto que, neste caso, o Juiz deve determinar que o autor emende ou complete a inicial, no prazo de 10 dias, e caso o autor não cumpra a diligência, indeferir a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito.

(D) correta, visto que o indeferimento de plano da petição inicial e a consequente extinção do processo sem resolução do mérito, está inserido nos poderes relativos à ampla liberdade na direção do processo para o andamento célere das causas.

**63. Luís Guilherme ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Loucura do Aço Ltda., com pedido de pagamento de adicional de insalubridade relativo a todo o período laborado na empresa, de 12.01.2014 a 01.08.2014, uma vez que teria trabalhado submetido a ruído, cujos níveis de pressão sonora estavam acima dos limites de tolerância previstos no Anexo I, da NR 15, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Em defesa, a empresa alegou que encerrou suas atividades em Volta Redonda/RJ, local dos serviços prestados pelo reclamante, em 02.08.2014, e que o ruído não ultrapassava o limite previsto na Norma Regulamentadora, juntando, como prova, a planta industrial, acompanhada das especificações das máquinas utilizadas no processo fabril da fábrica localizada no estado de São Paulo. O reclamante, em réplica, afirmou que a fábrica situada em São Paulo é mais nova e usa tecnologia mais moderna do que a de Volta Redonda/RJ, e, pediu que fossem consideradas somente as provas juntadas com a petição inicial, quais sejam, cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA - da empresa, em que há avaliação do risco ruído para o setor em que trabalhava, bem como um laudo técnico elaborado em perícia judicial realizada em outro processo, como prova emprestada, relativa a período anterior ao fechamento da fábrica. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) A realização de perícia pode ser dispensada pelo fato do agente insalubre ruído estar previsto no anexo I, da NR 15, do Ministério do Trabalho e Emprego.

(B) A realização de perícia é obrigatória para a verificação da insalubridade, de modo que não é cabível o uso de prova emprestada.

(C) A realização de perícia é obrigatória, mas não sendo possível realizá-la por causa do fechamento do estabelecimento, o julgador deve considerar, em primeiro lugar, a prova documental produzida no processo e não a prova emprestada.

(D) A realização de perícia não é obrigatória quando não é possível a sua realização, como ocorre no caso de fechamento de estabelecimento da empresa, hipótese em que o julgador poderá valer-se de prova emprestada e valorar livremente a prova dos autos, segundo o princípio da persuasão racional.

**64. João Felipe ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da empresa Le Bon Usage Gráfica Ltda., com pedido de antecipação de tutela. Recebida a inicial, o Juízo da Vara do Trabalho não concedeu a tutela pleiteada, e designou audiência de conciliação, instrução e julgamento. Diante do indeferimento da antecipação de tutela, em face dos princípios e regras atinentes ao processo do trabalho, é CORRETO afirmar:**

(A) A decisão que indeferiu a tutela antecipada é de natureza terminativa do feito, devendo ser atacada por mandado de segurança.

(B) A decisão que indeferiu a tutela antecipada é de natureza interlocutória, logo deve ser atacada por meio de agravo de instrumento, que deverá ser interposto no prazo de 08 dias;

(C) A decisão que indeferiu a tutela antecipada é de natureza interlocutória, contudo não fere direito líquido e certo atacável pela via mandamental, visto que a concessão ou não de tutela antecipada é uma faculdade do juízo;

(D) A decisão que indeferiu a tutela antecipada é de natureza terminativa do feito, somente podendo ser atacada pela via do recurso ordinário;

**65. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado pode:**

(A) em matéria de defesa, requerer a produção de provas e arrolar até três testemunhas.

(B) apresentar impugnação no prazo de oito dias.

(C) apresentar embargos à execução no prazo de cinco dias.

(D) apresentar agravo de petição no prazo de oito dias.

**Direito Tributário**

**66. Obedece ao princípio da anterioridade de exercício, mas não obedece ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) o imposto sobre:**

(A) a renda (IR).

(B) produtos industrializados (IPI).

(C) importação (II).

(D) serviço de qualquer natureza (ISS).

**67. Marque a opção correta:**

**I - Tendo em vista situação de relevância e urgência, qual seja uma inundação causada por chuvas intensas, o Presidente da República edita medida provisória criando empréstimo compulsório na forma do art. 148, I da CRFB e cobra imediatamente dos contribuintes;**

**II – Majorada alíquota de IPI em 01 de março de 2007 ele poderá ser cobrado 90 dias depois, no mesmo exercício financeiro;**

**III – O IPTU não se submete a noventena quando for alterada sua alíquota.**

**Estão corretas:**

(A) as assertivas I e II.

(B) as assertivas I e III.

(C) as assertivas II e III.

(D) somente a assertiva II.

**68. Pelo princípio da legalidade, estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:**

(A) Um tributo não pode ser criado ou majorado senão em virtude de lei;

(B) Medida provisória, preenchidos os requisitos constitucionais, pode criar ou majorar tributos;

(C) Decreto do poder executivo não pode criar ou alterar alíquotas de tributos em nenhuma hipótese;

(D) A instituição de um tributo por meio de Lei Complementar não viola o princípio da legalidade.

**69. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**70. Em 2005, Ismália não apresentou à Receita Federal a “declaração de isento”, exigida de todos aqueles inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), cuja renda anual não ultrapassa a faixa de isenção do Imposto de Renda. Supondo que o descumprimento de tal obrigação fosse apenada, pela lei federal, com multa no valor de R$ 150,00, é CORRETO afirmar que a União Federal:**

(A) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária acessória.

(B) ao exigir de Ismália o pagamento daquele valor estaria exigindo o cumprimento de obrigação tributária principal.

(C) não poderia exigir o pagamento daquele valor de Ismália, mas apenas da fonte pagadora.

(D) estaria aplicando a chamada norma geral antielisão, cujo objetivo é desconsiderar atos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |